



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26 – NBC TG 26(R5)

Índice

1.	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
2.	BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
3.	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	8
4.	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	9
5.	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
6.	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
7.	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	12
8.	NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	13

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2020**

Aos

Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

CNPJ Nº 42.266.890/0001-28

Rua Acre, 21 Centro – Rio de Janeiro – RJ

Prezados Senhores,

1. Opinião com ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

2. Base para opinião com ressalva

2.1. Contas a receber de partes relacionadas

Conforme nota explicativa nº 09, a Companhia possui contabilizado em contas a receber de partes relacionadas, no ativo não circulante, o montante de R\$ 293,215 milhões. Este valor teve origem em um aumento de capital realizado pelo acionista controlador, para fazer frente a obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que por fim não foram realizadas. Por solicitação, a administração da companhia fez devolver esse valor ao acionista controlador, que teve sua contrapartida contabilizada indevidamente em contas a receber, quando deveria ter sido baixado do capital social do acionista controlador. Consequentemente o ativo e o patrimônio líquido da companhia estão superavaliados em R\$ 293,215 milhões.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal

de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

3. Ênfases

3.1. Continuidade do operacional das atividades

Mantendo nossa opinião, enfatizamos que as demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da Companhia. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, dissiparam o “capital próprio” reduzindo recorrentemente a cada ano os lucros acumulados até consumir totalmente Patrimônio Líquido, passando a apresentar um “passivo a descoberto” (patrimônio líquido negativo), de tal modo que os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, notadamente, aqueles representativos das diversas provisões, podem não ser, como de fato não o são, suficientes para a cobertura das “exigibilidades totais” em caso de uma eventual descontinuidade de suas atividades.

3.2. Reapresentação de valores correspondentes

Mantendo nossa opinião, enfatizamos que conforme nota explicativa nº 3, as demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2019, originalmente divulgadas em 28/08/2020, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

4. Principais Assuntos de Auditoria – PAA’s

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA’s) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

4.1. Benefícios Pós-emprego (notas explicativas nº 17)

A CDRJ é uma das patrocinadoras de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de Previdência Complementar – EFPC. A CDRJ contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O déficit atuarial da CDRJ apontado no balanço patrimonial é de R\$ 359.003 mil (R\$ 383.492 mil em 2019), calculado segundo o CPC 33, está sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da CDRJ, em sua 742ª

reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda.

✓ **Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: Com o auxílio de nossos especialistas atuários, obtivemos entendimento das metodologias e julgamentos utilizados pela administração na determinação das premissas aplicadas ao cálculo das obrigações e sua consistência com os parâmetros de uso comum no mercado, cotejando sua adequação com o regramento emanado da NBC TG 33 (R2) – Benefícios a Empregados.

Realizamos análises de sensibilidade considerando diferentes cenários das principais premissas utilizadas, tais como: as principais hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial. Em relação ao Resultado Atuarial analisamos a evolução do custeio, a variação das provisões matemáticas, principais riscos atuariais e possíveis soluções. Como resultado entendemos que os critérios e premissas adotados pela administração são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

4.2. Provisão para perdas estimadas sob créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 5)

Conforme divulgado em notas explicativas nºs 4.5 e 5 às demonstrações contábeis, para fins de constituição da provisão e mensuração das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, a CDRJ aplica os preceitos da NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração bem como em sua metodologia própria concebida internamente, para determinar a melhor estimativa de perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para perdas, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

✓ **Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: inicialmente avaliamos os controles internos aderentes à constituição da provisão para perdas propriamente dita, posteriormente, também avaliamos os controles gerais e adjacentes, notadamente, aqueles vinculados à governança de tecnologias da informação considerando a segurança e confiabilidade dos controles chaves relativos aos processos de mensuração da provisão e das principais premissas utilizadas no cálculo da aludida provisão para perdas.

Remotamente com base em mecanismos de triangulação de dados por amostragem também avaliamos se a CDRJ atendeu as premissas relacionadas com a apuração da provisão para perdas atentando se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas de nºs 4.5 e 5, são pontuais em relação ao arcabouço normativo pertinente.

Arrimados nas evidências de auditoria apropriadas, obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o nível de provisionamento em relação ao previsto nas políticas internas e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis, notadamente porque observa integralmente o princípio da prudência com uma postura bastante conservadora.

5. Outros assuntos

5.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da **CDRJ** essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

5.2. Relatório da Administração

A administração da **CDRJ** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

5.3. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 23 de julho de 2020, com modificação de opinião.

6. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **CDRJ** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **CDRJ** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **CDRJ** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **CDRJ**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CDRJ** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro/RJ, 10 de março de 2021



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira


Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"RJ

Sócio Sênior – CNAI 1592


Phillippe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"RJ

CNAI 4747


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"RJ

CNAI 4850



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2020	2019
Ativo Circulante			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa		41.743	2.825
Caixa restrito	4.3	19.251	15.569
Contas a Receber de Clientes	5	40.875	54.784
Estoques		582	70
Créditos Fiscais a Recuperar	6	3.737	3.065
Valores a Receber	7	23.277	12.274
Outros Ativos		1.037	2.734
		130.502	91.321
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber	7	62.654	46.891
Depósitos Judiciais	8	170.984	258.486
Contas a Receber Partes Relacionadas	9	293.215	293.215
Bens em Processo de Cessão	10	-	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	11	371.916	338.208
Outros Ativos		443	627
		899.212	942.353
Propriedade para Investimento	12	24.053	24.053
Imobilizado	13	860.326	924.836
Intangível		-	93
		1.783.591	1.891.335
Total do Ativo		1.914.093	1.982.656



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	2020	2019
Passivo Circulante			(Reapresentado)
Fornecedores		5.757	6.310
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	14	20.455	18.005
Obrigações Tributárias	15	154.626	134.994
Obrigações Contratuais	16	86.218	214.027
Benefícios Pós Emprego	17	1.091	1.797
Adiantamentos		7.022	7.023
		275.169	382.156
Passivo Não Circulante			
Obrigações Tributárias	15	996.287	934.675
Obrigações Contratuais	16	16.276	34.850
Benefícios Pós Emprego	17	359.003	383.492
Provisão Para Contingências	18	723.343	698.819
Adiantamentos		7.030	16.391
Adiant. Futuro Aumento de Capital	19	213.124	207.384
		2.315.063	2.275.611
Patrimônio Líquido			
Capital Social	20	2.455.537	2.455.537
Ajustes de Avaliação Patrimonial	17	(5.073)	(18.297)
Prejuízos Acumulados		(3.126.603)	(3.112.351)
		(676.139)	(675.111)
Total do Passivo		1.914.093	1.982.656



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

Operações Continuadas	Nota	2020	2019
Receita Operacional Líquida	21	590.519	460.694
Custos da Operação	22	(128.232)	(115.938)
Lucro Bruto		462.287	344.756
Resultado Operacional			
Despesas Gerais e Administrativas	23	(197.802)	(208.773)
Depreciação		(20.711)	(15.528)
Provisões Contábeis Líquidas	24	(99.050)	1.016.076
Outras Receitas Operacionais	25	16.386	12.403
Outras Despesas Operacionais	26	(76)	(84.952)
		(301.253)	719.226
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		161.034	1.063.982
Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro Líquido	27	(175.287)	(116.090)
Resultado Líquido do Exercício		(14.253)	947.892
Quantidade de Ações		1.222.461.484	1.222.461.484
Lucro/(Prejuízo) por Ação do Capital Social (em Reais)		(0,01)	0,78



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Resultado Líquido do Exercício		(14.253)	947.892
Outros Resultados Abrangentes		(5.072)	(18.297)
Perda Atuarial em Planos de Pensão	17	(5.072)	(18.297)
Resultado Abrangente do Período		(19.325)	929.595



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

<u>Discriminação</u>	<u>Nota</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Totais</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019		2.455.537	-	(4.356.742)	(1.901.205)
Ajustes de Prejuízos Acumulados		-	-	296.499	296.499
Resultado Líquido do Exercício				947.892	947.892
Perdas Atuariais em Planos de Pensão		-	(18.297)		(18.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)		2.455.537	(18.297)	(3.112.351)	(675.111)
Resultado Líquido do Exercício		-	-	(14.253)	(14.253)
Perdas Atuariais em Planos de Pensão	17	-	13.225	-	13.225
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.455.537	(5.072)	(3.126.604)	(676.139)



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(14.253)	947.892
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	13.224	-
(+) Depreciação e Amortização	53.197	40.093
(-) Baixas do Imobilizado	12.678	84.947
(+) Variação Monetária de Créditos de Acionistas	5.740	11.687
(+) Provisão para Contingências	24.524	(1.028.977)
(+) Benefícios Pós Emprego	(25.195)	(181.843)
(-) Adiantamentos	(9.361)	(9.361)
Resultado Ajustado	60.554	(135.562)
Variações no Ativo		
Contas a Receber	13.909	(46.749)
Estoques	(512)	342
Créditos Fiscais a Recuperar	(672)	3.110
Outros Valores a Receber	(26.767)	(10.120)
Depósitos Judiciais	53.794	110.857
Bens em Processo de Cessão	4.926	-
Outros Ativos	1.880	(2)
Variações no Passivo		
Fornecedores	(551)	1.644
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	2.450	(8.712)
Obrigações Tributárias	81.244	31.630
Obrigações Contratuais	(146.384)	19.779
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	43.871	(33.783)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(1.272)	32
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	(1.272)	32
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	-	-
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	42.599	(33.751)
Caixa e Equivalentes no Início do Período	18.394	52.145
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	60.993	18.394



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Receitas	684.675	1.497.615
Tarifas Portuárias	99.315	94.876
Arrendamentos Operacionais e Aluguéis	506.134	377.663
Provisão para Perdas Estimadas	(17.623)	(55.622)
Reversão de Provisões	96.849	1.080.698
Insumos Adquiridos de Terceiros	(235.135)	(48.270)
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(49.323)	(27.918)
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(165.815)	(12.144)
Outros custos	(19.997)	(8.208)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	449.540	1.449.345
Depreciação e Amortização	(53.197)	(40.093)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	396.343	1.409.252
Valor adicionado recebido em transferência	23.371	(31.294)
Receitas financeiras	21.992	53.100
Outras	1.379	(84.394)
Valor adicionado a distribuir	419.714	1.377.958
Distribuição do valor adicionado	419.714	1.377.958
Pessoal	230.652	237.449
Remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	102.121	103.088
Benefícios	38.366	58.550
Benefícios Pós-emprego	21.460	20.327
FGTS	13.464	9.172
INSS	30.916	30.787
Encargos	3.065	3.104
Provisões	19.379	10.431
Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	1.881	1.990
Tributos	6.036	23.426
Federais	1.102	14.121
Estaduais	42,00	-
Municipais	4.892	9.305
Remuneração de capitais de terceiros	197.279	169.191
Despesas financeiras	197.279	169.191
Resultado do Exercício	(14.253)	947.892

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, doravante denominada “CDRJ” ou “Companhia”, com sede na Rua Acre, 21 Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A CDRJ tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

1.1 Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras da CDRJ foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a CDRJ incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em prejuízo no montante de R\$ 14.253 mil (lucro de R\$ 947.892 mil em 31 de dezembro de 2019), em especial pelo resultado financeiro.

Embora a CDRJ possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimizar custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

O Conselho de Administração, em sua 741ª reunião, de 8 de junho de 2020, deliberou pela “Aprovação do Plano de Redução de Despesas, com a ressalva de que o plano apresentado pela DIREXE não demonstrou abordar de maneira exaustiva as possibilidades de redução de gastos da empresa...”.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 – REAPRESENTAÇÃO PARA FINS COMPARATIVOS

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2019, originalmente divulgadas em 28/08/2020, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia. Para tanto, a Administração da Companhia revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos das demonstrações contábeis, considerando os ativos, passivos e resultado do exercício, conforme sucinta descrição dos fatos:

Conforme nota explicativa nº 15 – Obrigações Tributárias, houve redução dos valores devidos a título de ISS em execução fiscal, com base em decisões favoráveis à exequente, o que resultou em levantamento do saldo de depósitos judiciais.

A CDRJ celebrou o contrato 043/2019 com a empresa César Amaral Assessoria e Perícia Contábil – Sociedade Simples – Ltda. para prestação dos serviços de elaboração e revisão de cálculos judiciais nas esferas trabalhista, cível e tributária.

O perito responsável pelos cálculos concluiu que o Passivo Circulante estava superavaliado, especificamente na conta Benefício a Empregados, com base nas decisões de processos de cobrança judicial.

A seguir apresentamos o Balanço Patrimonial original comparado com os ajustes ora apresentados, bem como uma breve descrição de cada ajuste. Os demais demonstrativos foram apresentados apenas como alteração nos valores comparativos do exercício anterior.



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	31 de dezembro de 2019		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.825	-	2.825
Caixa restrito	15.569	-	15.569
Contas a Receber de Clientes	54.784	-	54.784
Estoques	70	-	70
Créditos Fiscais a Recuperar	3.065	-	3.065
Valores a Receber	12.274	-	12.274
Outros Ativos	2.734	-	2.734
	91.321	-	91.321
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber	46.891	-	46.891
Depósitos Judiciais	165.012	93.474	258.486
Partes Relacionadas	293.215	-	293.215
Bens em Processo de Cessão	4.926	-	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	338.208	-	338.208
Outros Ativos	627	-	627
	848.879	93.474	942.353
Propriedade para Investimento	24.053	-	24.053
Imobilizado	924.836	-	924.836
Intangível	93	-	93
	1.797.861		1.891.335
Total do Ativo	1.889.182	-	1.982.656



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	31 de dezembro de 2019		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo Circulante			
Fornecedores	6.310	-	6.310
Obrigações Trab. e Assistenciais	18.005	-	18.005
Obrigações Tributárias	134.994	-	134.994
Obrigações Contratuais	214.027	-	214.027
Benefícios Pós Emprego	204.822	(203.025)	1.797
Receitas Diferidas	7.023	-	7.023
	585.181	(203.025)	382.156
Passivo Não Circulante			
Obrigações Tributárias	934.675	-	934.675
Obrigações Contratuais	34.850	-	34.850
Benefícios Pós Emprego	383.492	-	383.492
Provisão Para Contingências	698.819	-	698.819
Receitas Diferidas	16.391	-	16.391
Adiant. Futuro Aumento de Capital	207.384	-	207.384
	2.275.611	-	2.275.611
Patrimônio Líquido			
Capital Social	2.455.537	-	2.455.537
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(18.297)	-	(18.297)
Prejuízos Acumulados	(3.408.850)	296.499	(3.112.351)
	(971.610)	296.499	(675.111)
Total do Passivo	1.889.182	93.474	1.982.656

3.1 Depósitos Judiciais

Trata-se de depósitos de natureza trabalhista, cível e tributária, realizados pela CDRJ com base em mandados expedidos pelos juízos competentes ou espontaneamente, nos casos de discussões futuras, como, por exemplo, as ações de imunidade tributária do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e das Taxas de Ocupação e Aforamento, cobradas pela Secretaria do Patrimônio da União.

A CDRJ figura como ré em seis execuções fiscais movidas pelo Município do Rio de Janeiro, pela falta de recolhimento do Imposto Sobre Serviços – ISS no período compreendido entre julho de 1984 e fevereiro de 1999. As ações tramitam na 12ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

A executada opôs embargos à execução, no exercício de 2002, entretanto realizou depósitos regulares entre maio de 2002 a fevereiro de 2010. Houve, durante o exercício de 2020, decisões favoráveis ao exequente, o Município do Rio de Janeiro, transitadas em julgado, o que resultou no levantamento dos valores depositados.

Foram realizados ajustes retrospectivos porque os depósitos efetuados foram contabilizados, à época, como despesas dos exercícios correntes.

3.2 Benefícios Pós Emprego – Curto Prazo

O grupo compreende os valores devidos ao Portus – Instituto de Seguridade Social a título de contribuições correntes e referentes à confissão de dívidas assinada em 1º de outubro de 2015, cujo objeto são débitos em cobrança por meio de quatro processos judiciais, movidos entre os exercícios de 1997 e 2010.

O registro da obrigação foi objeto de perícia contábil, no exercício de 2020, cuja conclusão foi pela baixa do valor registrado no Passivo Circulante, visto que, segundo o perito, *“já está provisionado no processo que tramita na 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro, bem como no Processo da 26ª Vara Cível do Rio de Janeiro”*. A Diretoria Executiva da CDRJ deliberou pela baixa do montante registrado no passivo em sua 2249ª reunião, de 28 de janeiro de 2021

Os cálculos são de responsabilidade da empresa César Amaral Assessoria e Perícia Contábil – Sociedade Simples Ltda., segundo termos do Contrato CDRJ nº 043/2019, cujo objeto é a *“elaboração e revisão de cálculos judiciais nas esferas trabalhista e cível / tributária, emissão de pareceres técnicos (...) e elaboração de provisionamento contábil/financeiro, relacionados aos processos em que a CDRJ figure como parte da reclamação processual”*.

4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo.

4.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A CDRJ reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

4.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

4.3 Caixa Restrito

Representa os depósitos em Conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em Investimentos e outros. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

4.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A empresa transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;
- A empresa transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;
- A empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da empresa.

(iii) Passivos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e Financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;
- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.5 Contas a receber

As Contas a Receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total do Contas a Receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

4.6 Estoques

Os estoques referem-se a itens de almoxarifado (material de consumo) a serem utilizados nas atividades da Companhia e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

4.7 Créditos Fiscais a Recuperar

Correspondem aos saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos por outros órgãos públicos.

4.8 Bens em Processo de Cessão

Uma vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado.

4.9 Cauções e Depósitos Vinculados

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

4.10 Propriedade para Investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial.

4.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Estudos internos provaram a recuperabilidade de todos os ativos tangíveis e intangíveis das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Os estudos provaram também que não houve indícios de perda por desvalorização.

b) Vida útil

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em Operação	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Dragagem – Aprofundamento	Entre 10% e 20%
Sinalização	10%
Proteção Marítima	Entre 4% e 10%
Berço e Cais	Entre 4% e 10%
Estacionamento	4%
Vias Internas	Entre 4% e 10%
Linha Férrea	4%
Pátios	Entre 4% e 10%
Armazéns	Entre 4% e 25%
Tancagem	7%
Silo	4%
Guindaste	Entre 4% e 8%
Portêiner	10%
Ship Loader	Entre 5 e 7%
Correia Transportadora	Entre 7% e 10%
Tubulação	Entre 4% e 10%
Grab	20%
Empilhadeira	Entre 5% e 12%
Outros – Equipamentos	Entre 4% e 20%
Bens – Administração	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Terrenos	Não deprecia
Edificações	Entre 4% e 25%
Instalações	Entre 2% e 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	Entre 5% e 50%
Equipamentos de Informática	Entre 10% e 33%
Sistemas Aplicativos (Software)	Entre 10% e 20%
Mobiliário	Entre 3% e 20%
Veículos	Entre 4% e 25%
Ferramentas	Entre 5% e 10%
Imobilizado em Andamento	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Obras em Andamento	Não deprecia
Imobilizações a Classificar	Entre 3% e 20%

Bens em Operação registram os itens de propriedade da CDRJ que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da Administração registram os itens utilizados na atividade administrativa.

Imobilizado em andamento registram os itens que ainda não estão operando.

4.12 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

4.13 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

4.14 Benefícios Pós-Emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de acordos de pagamento e de cálculos atuariais.

4.15 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

4.16 Adiantamentos

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, pelo regime de competência.

4.17 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4.18 Receita Operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a sociedade, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas Portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receita de Arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de Juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, da demonstração de resultado.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Bruto	(PECLD)	Líquido	Bruto	(PECLD)	Líquido
Porto do Rio	156.782	(141.119)	15.663	139.311	(133.773)	5.538
Porto de Itaguaí	32.255	(9.758)	22.497	59.216	(10.615)	48.601
Porto de Niterói	2.513	(436)	2.077	3.974	(3.396)	578
Porto de Angra	944	(306)	638	29.813	(29.746)	67
Totais	192.494	(151.619)	40.875	232.314	(177.530)	54.784

A variação positiva no saldo das faturas do Porto do Rio reflete, principalmente, a inadimplência no pagamento da Movimentação Mínima Contratual – MMC do exercício de 2019 cobrada dos arrendatários Multi-Rio Operações Portuárias S.A. e Libra Terminal Rio S.A. (em recuperação judicial) nos valores de R\$ 12.870 mil e 2.921 mil, respectivamente. Os arrendatários contestaram, judicialmente, as faturas, sem que tenha havido, até o momento, o trânsito em julgado.

A variação de saldos no Porto de Itaguaí é resultado da emissão de faturas contra a arrendatária Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, no valor total de R\$ 22.377 mil, em 2020 e R\$ 47.085 mil, em 2019.

No Porto de Angra, houve um acordo entre a CDRJ e a arrendatária TPAR – Terminal Portuário de Angra dos Reis que pôs fim a uma discussão judicial, resultando na baixa de R\$ 29.470 mil em faturas.

6 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda	3.238	2.893
Contribuição Social	499	172
Totais	3.737	3.065

Trata-se de retenções realizadas por órgãos públicos, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7 – VALORES A RECEBER

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Município do Rio de Janeiro	6.456	6.456	43.236	40.904
Convênio CDRJ x INEA	1.200	1.200	-	-
Acordos – Créditos a Receber	10.826	4.019	19.418	5.987
Outros Valores a Receber	4.795	599	-	-
Totais	23.277	12.274	62.654	46.891

Município do Rio de Janeiro compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária.

O **Convênio CDRJ/INEA** refere-se ao repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e propôs o ajuizamento de ação visando o ressarcimento do saldo remanescente, devidamente atualizado.

Acordos – Créditos a Receber compreende o saldo a receber referente aos acordos de confissão de dívidas firmados com os seguintes clientes: Píer Mauá S.A., Triunfo Logística Ltda. e Pennant Serviços Marítimos Ltda. Em 2020, houve repactuação dos acordos firmados com a Triunfo e a Pennant, resultando na inclusão de novas faturas em aberto.

8 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios:

	31/12/2020	31/12/2019
Ações Judiciais - IPTU	14.214	13.409
Ações Judiciais - Portus	20.794	32.782
Ações Judiciais - VPNI	52.095	29.201
Outras Ações Judiciais	83.881	183.094
Totais	170.984	258.486

As Ações Judiciais – IPTU tratam de pedidos de reconhecimento de imunidade tributária, em face dos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis.

As Ações Judiciais – Portus são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Houve, no exercício de 2020, a baixa de R\$ 27.089 mil, resultado de um levantamento realizado pelo Portus.

Ações Judiciais – VPNI compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual. Os depósitos são mensais.

Outras Ações Judiciais compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

Conforme nota explicativa nº 3 – Reapresentação Para Fins Comparativos, houve a baixa de R\$ 93.474 mil relativa ao levantamento de depósitos judiciais referente a três execuções fiscais movidas pelo Município do Rio de Janeiro, em trâmite na 12ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, abaixo relacionadas:

0273797-91.1998.8.19.0001

0268369-94.1999.8.19.0001

0343024-37.1999.8.19.0001

9 – CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram devolvidos os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

10 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO

São terrenos na área do porto organizado de Itaguaí, baixados para cessão à União para utilização no programa de construção da Base e Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 50, de 10/08/2010. No exercício de 2020, os bens foram reclassificados para o Ativo Imobilizado.

11 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os seguintes valores compõem o grupo:

	31/12/2020	31/12/2019
Recursos Bloqueados RSD	9.232	9.232
Bloqueios em Conta Corrente	158.013	151.278
Bloqueios em Ações do Leasing	189.574	164.146
Recursos Judiciais	15.097	13.552
Totais	371.916	338.208

Recursos Bloqueados RSD referem-se aos valores de Reembolso de Serviço de Dragagem depositados no BNDES como garantia aos contratos de *Leasing* da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Bloqueios em Conta Corrente são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial em conta bancária, cujo cumprimento ocorre diariamente.

Bloqueios nas Ações do Leasing Portobrás são penhoras mensais na receita da CDRJ para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Recursos Judiciais registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da CDRJ.

12 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Trata-se de 75 (setenta e cinco) imóveis externos (Edificações e Terrenos) de propriedade da CDRJ, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudo de determinação de valor de mercado, realizado pela empresa Convergry Serviços e Contabilidade Ltda., observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para Investimentos foram avaliados em R\$ 547.499 mil.

13 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim composto:

	Valor contábil em 01/01/2020			Movimentação - Exercício de 2020					Líquido
	Bruto	Dep.	Líquido	Adições	Baixas	Transf.	Dep.	Ajustes	
Bens em Operação	949.562	(178.174)	771.388	381	-	(140)	(52.313)	60	719.376
Bens da Administração	156.927	(51.263)	105.664	891	(14)	7.506	(3.445)	4.735	115.337
Imob. em Andamento	48.158	(374)	47.784	-	(17.590)	(2.440)	(2.141)		25.613
Totais	1.154.647	(229.811)	924.836	1.272	(17.604)	4.926	(57.899)	4.795	860.326

A CDRJ revisou os valores registrados no grupo Imobilizado em Andamento e efetuou a correta classificação contábil, visto que não atendiam aos critérios para caracterização de ativos, nos termos das normas contábeis vigentes.

14 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O grupo contém as remunerações a empregados, diretores, membros dos conselhos de administração e fiscal, membros do comitê de auditoria estatutário, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia; e as consignações descontas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários, plano funeral, etc.

A seguir a composição do grupo:

	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações	7.715	9.232
Consignações	313	327
Mesada Judicial	92	134
Provisões e Encargos	12.335	8.312
Totais	20.455	18.005

A redução no grupo de remunerações é reflexo, principalmente, do Plano de Demissão Voluntária – PDV, implantado no exercício de 2020, que resultou no desligamento de 65 (sessenta e cinco) colaboradores. O plano foi aprovado pelo CONSAD por meio da Deliberação nº 879/2019.

A variação das Provisões e Encargos é resultado da revisão, no exercício de 2020, dos métodos de constituição das provisões de férias, realizada pela Gerência de Recursos Humanos.

15 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IPTU	13.193	14.611	-	-
ISS	62	446	423.929	499.959
Parcelamentos	110.066	70.074	572.358	434.716
PASEP/COFINS	5.671	10.365	-	-
IR e CSLL	3.161	5.318	-	-
INSS/FGTS	3.900	14.901	-	-
ATP	6.820	6.820	-	-
Taxa de Ocupação	11.509	11.322	-	-
Outros	244	1.137	-	-
Totais	154.626	134.994	996.887	934.675

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a dois acordos de pagamento com o Município do Rio de Janeiro, de débitos inscritos em Dívida Ativa em 2009, inscrições 1810258-2 e 3017358-7, os quais a CDRJ não recolhe desde janeiro de 2013, além dos impostos relativos aos exercícios de 2016 e 2017 dos Municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O **ISS** de curto prazo refere-se ao recolhimento mensal habitual. Os valores do longo prazo, com exceção de pequenos valores em cobrança amigável, estão sendo cobrados pelo Município do Rio de Janeiro por meio de seis processos de execução fiscal, movidas pelo Município do Rio de Janeiro, que tramitam na 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. A CDRJ opôs embargos no exercício de 2002, os quais foram julgados improcedentes. A sentença foi confirmada em 2ª instância e negado provimento ao agravo em recurso especial no Superior Tribunal de Justiça, com trânsito em julgado. No exercício de 2020, o exequente obteve liberação de depósitos judiciais no montante de R\$ 98.360 mil.

Os **Parcelamentos** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, um parcelamento ordinário de débitos previdenciários, de 28 de maio de 2018, dois parcelamentos de PIS e COFINS, aderidos em 13 de julho de 2018, e dois acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual, assinados em 29 de maio de 2019 e 21 de outubro de 2020. A variação nos valores registrados é relativa ao acréscimo de R\$ 176.824 mil do último acordo assinado, além da adequação de valores do PERT, por alteração nos valores mensal das parcelas no exercício de 2020.

O grupo **INSS/FGTS** representa contribuições correntes sobre a folha de pagamento mensal. O valor de R\$ 14.901 mil, correspondente ao exercício de 2019, era relativo aos impostos do mês corrente, além de valores em atraso das competências setembro a novembro e do 13º salário. Não houve pagamentos em atraso no exercício de 2020.

O **ATP** – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, conseqüentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida.

16 – **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

As obrigações contratuais, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de Cliente	1.888	2.979	-	-
Expansão Terminal 1	17.410	14.994	16.276	34.850
Cessão de Crédito	64.110	193.226	-	-
Outros	2.810	2.828	-	-
Totais	86.218	214.027	16.276	34.850

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da CDRJ, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. O término do contrato está previsto para 16 de janeiro de 2023. A CDRJ vem amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela Libra, referentes às partes fixa e variável do arrendamento.

A **Cessão de Crédito** refere-se aos contratos firmados entre a CDRJ e a União, nos quais a CDRJ transferiu à União parte dos direitos de créditos decorrentes dos contratos de arrendamento firmados com a Libra Terminal Rio e Sepetiba Tecon, vencíveis até o exercício de 2025. A União efetuou o pagamento à CDRJ em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, com objetivo exclusivo de quitação de passivo trabalhista. Os valores contabilizados referem-se às parcelas não recolhidas, ou recolhidas parcialmente, e à atualização de valores pagos em atraso. No exercício de 2020, houve a transferência de R\$ 176.824 mil para o grupo de parcelamentos, por conta do acordo Negócio Jurídico Processual firmado com a PGFN.

17 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A CDRJ é patrocinadora, em conjunto com as demais empresas do sistema portuário, de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. A CDRJ contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23 de agosto de 2011.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contribuições Correntes	1.091	1.797	-	-
Termo de Compromisso Financeiro	-	-	205.329	-
Déficit Atuarial	-	-	153.674	383.492
Totais	1.091	1.797	359.003	383.492

O déficit atuarial da CDRJ apontado no balanço patrimonial e nos quadros abaixo de R\$ 359.003 mil (R\$ 383.492 mil em 2019), calculado segundo o CPC 33, está sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da CDRJ, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., estão apresentadas abaixo:

Base de Dados:

	2020	2019
Participantes ativos (passivo principal)	263	307
Participantes assistidos / beneficiários em gozo de benefício	1.307	1.332
Aposentados	642	655
Pensionistas	665	677
Total de participantes	1.570	1.639
<i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	7,97	10,58

Formação do Déficit:

	2020	2019
Saldo do passivo atuarial no início do exercício	(383.492)	(350.895)
Custo líquido no período	(26.522)	(22.719)
Ganhos atuariais líquidos de capital	107.055	212.467
Pagamento de contribuições	37.787	8.419
Compartilhamento de risco	(93.831)	(230.764)
Saldo do passivo líquido ao final do exercício	(359.003)	(383.492)

Premissas:

Premissas adotadas (final do ano)	2020	2019
Taxa de desconto (nominal)	6,524%	6,853%
Retorno esperado dos ativos do plano	6,524%	6,853%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
Indexador do benefício (apenas inflação)	0,00%	0,00%

Outras Premissas Atuariais Materiais:

	2020	2019
Rotatividade projetada dos empregados	Não disponível	Não disponível
Tábua de mortalidade geral	AT-2000B (Male)	AT-2000B (Male)
Tábua de entrada em invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Valor Justo dos Ativos do Plano:

Ativos	2020		2019	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Principais Categorias de Ativos				
Disponível	556	0,199%	658	0,18%
Realizável	218.273	78,269%	57.103	15,43%
Títulos Públicos	0	0,00%	38.748	10,46%
Ações	17.145	6,148%	107.203	28,96%
Fundos de Investimento	20.336	7,292%	39.860	10,77%
Renda Fixa	20.293		39.618	
Imobiliário	43		242	
Investimentos Imobiliários	20.658	7,41%	115.982	31,33%
Empréstimos e Financiamentos	0	0,00%	1	0,00%
Outros – Depósitos Judiciários	1.906	0,68%	10.627	2,87%
Total do Ativo	278.874	100,00%	370.182	100,00%

	2020	2019
Total do Ativo	278.875	370.182
(+) Ajuste a Valor de Mercado	237	0
(-) Contribuições Contratadas	(205.329)	0
(-) Contribuições Contratadas em Atraso	(144)	(8.828)
(-) Uso Próprio	(1.005)	(5.654)
(-) Exigível Operacional	(754)	(18.652)
(-) Exigível Contingencial	(3.441)	(15.680)
(-) Fundo Previdencial	(8.419)	(40.348)
(-) Fundo de Investimento	0	(6.798)
(-) Fundo Administrativo	(8.450)	(69.664)
Valor Justo dos Ativos	51.570	204.558
Percentual de Rateio	N/A	18,208%
Valor Justo dos Ativos	51.570	37.247

Conciliação da Obrigação de Benefício Definido – Segregado:

	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
Obrigação de benefício definido no início do ano	187.987	224.665
Custo do serviço corrente (parte patronal)	(549)	-
Custo dos juros	3.411	4.017
Contribuições de participantes do plano	1.001	-
Benefícios pagos	-	(9.379)
(Ganho) / perda atuarial	(23.278)	35.249
(Ganho) / perda atuarial – mudança de premissas	13.110	16.197
(Ganho) / perda atuarial – ajuste de experiência	(36.388)	19.052
Contribuições extraordinárias assistidos	-	1.683
Obrigação de benefício definido no final do ano	168.572	256.235

Análises de Sensibilidade:

	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	10%	- 10%	0,25%	-0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	415.465	434.972	416.346	433.558
Valor justo dos ativos do plano	51.570	51.570	51.570	51.570
(Passivo) / ativo líquido inicial	(363.895)	(383.402)	(364.776)	(381.988)
Passivo do patrocinador c/ redução de direitos	205.329	205.329	205.329	205.329
Passivo do patrocinador c/ contribuições futuras	43.874	45.934	43.967	45.784
Passivo do patrocinador c/ contrib. extraordinárias	93.615	98.010	93.813	97.692
(Passivo) / ativo líquido a ser compartilhado	(21.078)	(34.129)	(21.667)	(33.183)
Efeito compartilhamento de riscos – participantes	10.979	17.778	11.287	17.285
(Passivo) / ativo líquido a ser reconhecido	(352.916)	(365.624)	(353.489)	(364.703)
Reconhecimento de Débitos - TCF	205.329	205.329	205.329	205.329
(Passivo) / ativo líquido reconhecido	(147.587)	(160.295)	(148.160)	(159.374)

Variações	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
Variação da obrigação atuarial	-2,20%	2,39%	-1,99%	2,06%
Variação do passivo / ativo líq. a ser reconhecido	-2,44%	2,65%	-2,21%	2,28%

18 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	Saldo Inicial 01/01/2020	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo Final 31/12/2020
Ações Trabalhistas	246.194	(48.048)	64.868	(132.667)	130.347
Ações Cíveis	149.651	(2.981)	72.289	(67.803)	151.156
Ações Tributárias	302.974	(5.164)	144.030	-	441.840
Totais	698.819	(56.193)	281.187	(200.470)	723.343

Segundo informações da Superintendência Jurídica da CDRJ, as Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em consideração os valores depositados, levantamentos e cálculos homologados.

Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente. Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base em decisões na primeira instância. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância.

As ações trabalhistas foram objeto de perícia, resultando na revisão de valores e nos métodos de constituição das provisões, ocasionando redução nos valores provisionados. Quanto aos processos tributários, houve atualizações importantes nas execuções fiscais movidas pelo Município do Rio de Janeiro.

Destacam-se as seguintes ações classificadas, pela Superintendência Jurídica, com perdas prováveis:

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
00006655620115010461	Vários autores	Enquadramento	4.522
00116936220155010014	Vários autores	Equiparação salarial	2.668
01001378320165010031	Haroldo Moura dos Santos	Equiparação salarial e outros	2.589
00127006420075010016	Edilson Cardoso Pedra	Diferenças salariais	1.946
00163004119985010006	Antônio Santos da Costa	Horas extras e outros	1.831

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
01055945920048190001	Portus Instituto de Seguridade	Cobrança	72.103
00059858319974025101	Banco JP Morgan S/A	Execução de título extrajudicial	37.646
00224729519978190001	Portus Instituto de Seguridade	Execução de título extrajudicial	20.455
00446082719944025101	Dibens Leasing	Execução de título extrajudicial	9.475
00793175420148190001	Portus Instituto de Seguridade	Impugnação	6.598

Ações Tributárias

Processo	Parte	Tipo	Valor
01627345620018190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal	256.039
01648780320018190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal	93.067
02683699419998190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal	34.293
00035728820028190001	Município do Rio de Janeiro	Embargos à execução	10.974
03430243719998190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal	9.119

18.1 Perdas Possíveis Não Provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 716.692 mil (R\$ 858.263 mil em 2019), sendo R\$ 35.961 mil de ações trabalhistas, R\$ 676.751 mil de ações cíveis e R\$ 3.980 mil de ações tributárias.

Destacam-se as seguintes ações classificadas como perdas possíveis:

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
00015673420125010021	Paulo Francisco Pimentel Couto	Enquadramento e outros	2.050
00104360620155010045	Eduardo Moreira Pessoa	Equiparação salarial	1.634
01708007520065010009	Manoel Aguiar Filho	Diferenças salariais	1.630
01001283720165010059	Carlos Daniel Mendonça Silva	Equiparação salarial e outros	1.149
01010407320165010046	Fernando Vasconcellos de Sá	Enquadramento	1.086

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
00066415420084025101	DM Construtora de Obras Ltda.	Contrato	289.573
50417730420194025101	Blatter & Galvão Sidou	Improbidade Administrativa	87.363
00023797520158190003	Ivonia Afonso da Paixão	Reintegração de Posse	72.054
50376878720194025101	Multi-Rio Operações Portuárias	Movim. mínima contratual	54.702
50286711220194025101	Portus Instituto de Seguridade	Cobrança	47.746

Ações Tributárias

Processo	Parte	Tipo	Valor
50985848120194025101	Município de Itaguaí	Execução fiscal	1.583
00985942120164025101	ANTAQ	Execução fiscal	311
03134059520188190001	Município do Rio de Janeiro	Embargos à execução	308
50715231720204025101	Município de Itaguaí	Embargos à execução	306
50715344620204025101	Município de Itaguaí	Embargos à execução	292

19 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Os valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998. O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Repasse ao Portus (2013 a 2016)	200.218	194.826
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	2	2
Modernização Portuária	10.444	10.158
Gerenciamento de Resíduos	1.233	1.200
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.231	1.198
Totais	213.124	207.384

20 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, no montante de R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.484 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	611.151.091	611.151.092	1.222.302.183
Estado do Rio de Janeiro	79.651	79.650	159.301
Totais	611.230.742	611.230.742	1.222.461.484

O último aumento de Capital Social da Companhia foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 2015.

21 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida está composta da seguinte maneira:

Exercício de 2020	Porto do Rio de Janeiro	Porto de Itaguaí	Porto de Niterói	Porto de Angra dos Reis	Total
Receita Tarifária	77.923	21.339	4.744	9	104.015
Receita com Arrendamentos	136.319	405.059	3.075	3.434	547.887
Receita Total	214.242	426.398	7.819	3.443	651.902
Impostos Federais	(19.752)	(40.024)	(685)	(311)	(60.772)
Impostos Municipais	(370)	(167)	(74)	-	(611)
Receita Operacional Líquida	194.120	386.207	7.060	3.132	590.519

Exercício de 2019	Porto do Rio de Janeiro	Porto de Itaguaí	Porto de Niterói	Porto de Angra dos Reis	Total
Receita Tarifária	81.394	19.737	3.646	1	104.778
Receita com Arrendamentos	131.110	267.028	2.936	4.094	405.168
Receita Total	212.504	286.765	6.582	4.095	509.946
Impostos Federais	(20.579)	(26.527)	(608)	(402)	(48.116)
Impostos Municipais	(1.094)	(25)	(17)	-	(1.136)
Receita Operacional Líquida	190.831	260.213	5.957	3.693	460.694

A CDRJ tem movimentação diversificada, operando todas naturezas de carga: geral, granel sólido e granel líquido. O Porto do Rio é o que opera com a maior diversidade de cargas, sendo as principais o petróleo e seus derivados, trigo, produtos siderúrgicos, sal, gusa, veículos e cargas em contêineres. O Porto possui também um terminal de navios de cruzeiros. O Porto de Itaguaí, um dos maiores da América Latina, destaca-se pela movimentação de granéis sólidos minerais, sendo o minério de ferro o produto mais movimentado, operando também com contêineres, produtos siderúrgicos e carga geral. As operações do Porto de Niterói estão vinculadas à cadeia de petróleo, entretanto, de forma exclusiva. O Porto de Angra dos Reis caracteriza-se pelas operações de apoio marítimo a plataformas e outros empreendimentos em alto-mar, conhecidas como operações *offshore*.

A Receita Operacional Líquida apresentou crescimento aproximado de 28% (vinte e oito por cento), ocasionado, principalmente, no Porto de Itaguaí, pelo aumento do dólar e do preço das commodities no mercado externo.

22 – CUSTOS DA OPERAÇÃO

Os custos das operações possuem a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e Encargos	56.287	60.866
Manutenção	15.416	13.347
Depreciação e Amortização	32.394	24.286
Provisões	5.816	3.129
Outros Custos	18.319	14.310
Totais	128.332	115.938

A redução dos custos com pessoal e encargos é resultado de 65 (sessenta e cinco) pedidos de desligamento, ligados ao Plano de Desligamento Voluntário – PDV instituído no exercício de 2020, além da redução no pagamento de adicionais de risco e noturno, por conta da redução da força de trabalho no período mais crítico da pandemia da COVID-19 (coronavírus). O aumento da depreciação é consequência da revisão de vida útil dos itens classificados no ativo permanente, contratada no final do exercício de 2019, que se refletiu no exercício de 2020.

23 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e Encargos	153.947	166.151
Manutenção	14.663	13.653
Legais, Judiciais e Contratuais	10.963	9.771
Impostos e Taxas	1.779	14.844
Outras Despesas	16.449	4.354
Totais	197.802	208.773

A variação no grupo ocorreu, principalmente, pela redução nos gastos com pessoal, conforme nota explicativa nº 22 – Custos da Operação, pela redução dos impostos e taxas, por conta do não reconhecimento, no exercício de 2020, das taxas de ocupação e de aforamento, cobradas pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, e pelo aumento do grupo Outras Despesas causado pela reclassificação de valores classificados no grupo de imobilizado em andamento.

24 – PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

As Provisões estão compostas da seguinte maneira:

	31/12/2020	31/12/2019
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.260)	(9.912)
Provisão de Férias	(6.182)	10.721
Provisão para o 13º Salário	(5.651)	(6.156)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(262)	(524)
Provisão para Contingências	(78.695)	1.021.947
Totais	(99.050)	1.016.076

As principais variações são a Provisão de Férias, conforme nota explicativa nº 14 – Obrigações Trabalhistas e Assistenciais, e a Provisão para Contingências, que teve uma reversão extraordinária no exercício de 2019, mas retomou ao patamar habitual em 2020.

25 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Aluguel	9.837	11.628
Multas Aplicadas	-	11
Reembolsos	4.963	24
Alienação de Bens	1.262	-
Outras	324	740
Totais	16.386	12.403

A CDRJ deixou de emitir, no exercício de 2020, faturas de aluguel para algumas empresas após a Deliberação nº 020/2020/CONSAD/CDRJ, a qual recomendou “que seja avaliada juridicamente a possibilidade de a companhia não emitir fatura nos casos de ocupação irregular de áreas da empresa, quando sabidamente não haverá quitação do valor cobrado.”

Quanto aos reembolsos, trata-se de emissão de faturas de cobrança de taxas de ocupação e aforamento, a serem ressarcidas pelos arrendatários.

26 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Baixa do Ativo Imobilizado	-	84.947
Ajustes Diversos	76	5
Totais	76	84.952

Houve, em 2019, baixa de R\$ 84.947 mil em bens do Ativo Imobilizado, após consultoria da área de patrimônio e autorização da Diretoria Executiva, em sua 2414ª reunião, de 9 de julho de 2020.

27 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras	21.992	53.101
Despesas Financeiras	(197.279)	(169.191)
Totais	(175.287)	(116.090)

No exercício de 2019, houve o registro de, aproximadamente, R\$ 39.800 mil em receitas financeiras relativas à atualização de resgates judiciais das ações movidas pelo Portus Instituto de Seguridade Social. Em 2020, os valores retornaram ao patamar habitual. Quanto às despesas financeiras, a variação ocorreu, principalmente, por conta da atualização e ajustes nos saldos dos parcelamentos, inclusive do novo acordo firmado em 2020.

28 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A CDRJ possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica. A política estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores da CDRJ. As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico nº 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dentre as transações realizadas pela CDRJ com suas partes relacionadas, destacamos:

Transações com o Tesouro Nacional: A CDRJ celebrou três contratos de cessão de créditos, com o Tesouro Nacional, nos exercícios de 1998 a 2000, nos quais a CDRJ transferiu à União os direitos de créditos decorrentes de dois contratos de arrendamento: C-DEPJUR Nº 010/98, de 11/03/1998, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Libra Terminal Rio S.A., e o contrato C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Sepetiba Tecon S.A. Dos créditos decorrentes do arrendamento da Libra resultaram dois contratos de cessão com encerramento previsto para 8 de maio de 2023. O contrato relativo à Sepetiba Tecon S.A. possui vigência até 1º de outubro de 2025.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera com duas de suas filiais no Porto do Rio de Janeiro, em terminal privativo e com utilização do cais público. Quando opera em área privativa, a empresa efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. No cais público, são cobradas tarifas de atracação, movimentação de cargas e serviços diversos. No exercício de 2020, o valor total faturado foi de R\$ 32.161 mil (R\$ 34.966 em 2019).

Transações com Cessionários: A CDRJ cede mão de obra para os seguintes entes: Advocacia-Geral da União – AGU, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, Ministério da Infraestrutura – MINFRA, Prefeitura de Camboriú, Prefeitura do Rio de Janeiro e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Os cessionários transferem à CDRJ, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios. O valor total do ressarcimento no exercício de 2020 foi de R\$ 23.143 mil (R\$ 22.368 mil em 2019) e valor médio mensal foi de R\$ 1.928 mil (R\$ 1.721 mil em 2019).

Transações com o INEA: A CDRJ celebrou o Termo de Convênio nº 120/2012 com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Após o término do contrato, o INEA realizou prestação de contas e pleiteou aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil, que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e determinou a cobrança. Até o encerramento do exercício de 2019, permanecia em aberto o valor a receber do ente.

Transações com o Município do Rio de Janeiro: A CDRJ possui saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber em 2020 era de R\$ 49.692 mil (R\$ 47.360 em 2019).

Outras transações: A CDRJ mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasil de Comunicações – EBC, Companhia Docas do Pará – CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPON.

Remuneração de empregados e dirigentes (valores expressos em Reais):

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros da diretoria:

	2020	2019
Benefícios de Curto Prazo		
Honorários, benefícios e encargos	1.440.244,84	1.389.075,29
Remuneração variável	371.253,08	326.097,44
Benefícios Pós Emprego		
Remuneração compensatória - quarentena	-	418.804,68
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho		
Férias proporcionais e indenizadas	75.988,86	78.548,06

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

	2020	2019
Conselho de Administração	224.486,10	252.019,48
Conselho Fiscal	134,702,48	190.553,39
Comitê de Auditoria Estatutário	112.243,20	56.121,45

Informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos diretores e aos empregados no exercício:

	2020		2019	
	Diretores	Empregados	Diretores	Empregados
Maior Remuneração	39.650,13	78.687,87	35.451,66	67.066,40
Menor Remuneração	8349,89	1.805,54	26.207,13	1.325,54
Remuneração Média	28.578,48	12.427,30	28.939,07	11.213,86

29 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em 18 de março de 2021.

FRANCISCO A. M. LARANJEIRA
DIRETOR – PRESIDENTE
CPF Nº 332.852.767-20

MÁRIO POVIA
DIRETOR
CPF Nº 052.473.918-88

JEAN PAULO CASTRO E SILVA
DIRETOR
CPF Nº 771.428.456-00

INDALECIO CASTILHO VILLA ALVAREZ
DIRETOR
CPF Nº 370.592.387-00

EDUARDO PIRES SOARES
CONTADOR – CRC/RJ 110913/O-7
CPF Nº 080.022.657-77




AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br